



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17784 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT02 - História da Educação

AULA DE COMÉRCIO: REFLEXÕES SOBRE LÍNGUAS A PARTIR DAS RECORDAÇÕES DE JACOME RATTON

Thadeu Vinícius Souza Teles - UFS - Universidade Federal de Sergipe

Gildete Cecilia Neri Santos Teles - UFS - Universidade Federal de Sergipe

AULA DE COMÉRCIO: REFLEXÕES SOBRE LÍNGUAS A PARTIR DAS RECORDAÇÕES DE JACOME RATTON

1 INTRODUÇÃO

Lançada na abertura do século XIX, a obra *Recordações e Memórias sobre ocorrências de seu tempo, a estátua equestre de d José e as fábricas de papel, caixas, fiação, chitas, pentes e relógios, de maio de 1747 a setembro de 1810* de Jácome Ratton (1813) tem sido cada vez mais considerada como uma das primeiras obras a se constituir como fonte privilegiada a respeito das mudanças que se deram no século XVIII. A partir da perspectiva de Ratton, obtém-se um relato detalhado de elementos biográficos, mas também de questões ligadas ao progresso em Portugal. Dentre as impressões de Ratton, encontra-se sua avaliação da Aula de Comércio, estabelecida durante as reformas pombalinas por meio do Alvará de 19 de maio de 1759.

Esse estudo procura então aprofundar a reflexão a respeito da Aula de Comércio relacionando o ensino de línguas e as observações de Ratton em conjunto com a literatura levantada durante e após a elaboração da tese de um dos autores. À guisa de tratar do objeto da Aula de Comércio, a obra de Ratton foi usada para ensejar diálogos com a discussão de autores como Azevedo (2004), Carvalho (2001), Chaves (2020), Hébrard (1990), Oliveira (2014) e Rodrigues,

Gomes & Craig (2003). Além do levantamento bibliográfico, foi realizada oportunamente uma breve análise de conteúdo (Bardin, 1977) de um compêndio, afim de promover reflexões sobre o lugar das línguas vivas no conjunto de saberes oferecidos na referida Aula.

2 DESENVOLVIMENTO

Alguns registros da finalidade da Aula de Comércio portuguesa ficaram nos escritos das *Recordações de Jacome Ratton*: sobre as ocorrências de seu tempo, de maio de 1747 a setembro de 1810 (1813). De acordo com Rômulo de Carvalho (2001, p. 458), Jácome Ratton (1736-1821/1822) nasceu na França e naturalizou-se português, tendo vivido em Lisboa entre 1747 e 1810. Nesse tempo, atuou como deputado no Supremo Tribunal da Real Junta de Comércio, e no comércio exterior, através do qual pôde inteirar-se do comércio e da indústria durante o período pombalino. Com seu olhar estrangeirado, deixou impressões sobre a fraca preparação dos negociantes portugueses semelhantes às justificativas encontradas no discurso pombalino.

Jácome Ratton foi um negociante e industrial luso-francês muito influente nas cortes de D. José I e Dona Maria. Foi muito próximo do marquês de Pombal e um grande entusiasta de suas políticas reformistas. Nascido em 1736 na cidade Monastier de Briançon (Alpes franceses), Ratton foi para Lisboa, Portugal, em 1747 com seus pais. A atividade mercantil, herdada de seu pai, foi também o início para sua carreira como industrial. Em 1762, naturalizou-se português e recebeu a mercê do Hábito de Cristo junto com seu pai. Em 1788, foi nomeado deputado na Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e ainda se tornou fidalgo e cavaleiro da Casa Real em 1803. Em 1807, após a invasão francesa, sua tranquila posição passou a ser questionada por aqueles que o viam como possível agente francês. Em 1810 foi denunciado, demitido de suas funções na Junta e deportado. Nesse ano começou a escrever suas memórias que seriam publicadas inicialmente na Inglaterra: *Recordações de Jacome Ratton*, fidalgo cavaleiro da Casa Real, cavaleiro da ordem de Cristo, ex-negociante da praça de Lisboa, e deputado do tribunal supremo da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fabricas e Navegação. Sobre ocorrências do seu tempo, em Portugal, durante o lapso de sessenta e três anos e meio, aliás de maio de 1747 a setembro de 1810, que residiu em Lisboa: acompanhadas de algumas subsequentes reflexões suas, para informações de seus próprios filhos (Chaves, 2020, p. 746).

No § 61 de suas *Recordações*, Ratton (1920, p. 190) conta que, próximo à época do terremoto, D. José reconheceu que seria necessário prover fundamentos para o comércio nacional para que fossem ensinados “os elementos até então ignorados pela maior parte dos nacionaes, que somente praticavão o commercio no interior do Reino, e suas colónias, e não se conheciaõ suas firmas nas praças estrangeiras”. O autor menciona conhecer apenas três casas comerciais nacionais, cujos nomes estavam unidos a estrangeiros: “Bandeira e Bacigalupo; Bom e Ferreira; Emeretz e Brito”. Constata Ratton que “fora estes se não conhecia nenhum nacional, que tivesse pratica da escripturação dos livros em partidas dobradas, nem que fosse versado no conhecimento dos pezos, medidas, e moedas, estrangeiras, dos câmbios, e suas combinaçoens”.

Essas primeiras observações de Ratton ajudam a compreender a postura nacionalista assumida por Pombal durante sua atuação dedicada nas providências econômicas, caracterizadas principalmente pela criação de companhias de comércio. Azevedo (2004, p. 31-32) relata que os receios de Pombal, ainda como ministro, não advinham apenas das condições impostas a Portugal nos tratados comerciais celebrados com a Inglaterra. Pombal via também a segurança dos domínios portugueses ameaçados, de tal forma que sempre manteve “ciúme” ao se preocupar em “reservar aos nacionais o comércio das possessões portuguesas”.

O primeiro sinal de ensino de língua estrangeira na Aula de Comércio foi registrado pelas referidas *Recordações*. Enquanto apresentava as características e vantagens da Aula, Ratton contava da abertura da aula de francês:

Foi taõ útil o estabelecimento da Aula do commercio, e aproveitou tanto á Nação, pelos aluirmos que delia tem sahido, que não só as Contadorias da Real Fazenda, tanto no Reino, como nas colónias, se tem servido delles, mas até os escritórios dos negociantes; devendo-se-lhe igualmente a generalisação de boa letra que o Governo recommendava muito, e a da língua Franceza; pois que o mesmo Governo lhe tinha ajuntado hum mestre de francez (Ratton, 1920, p. 191).

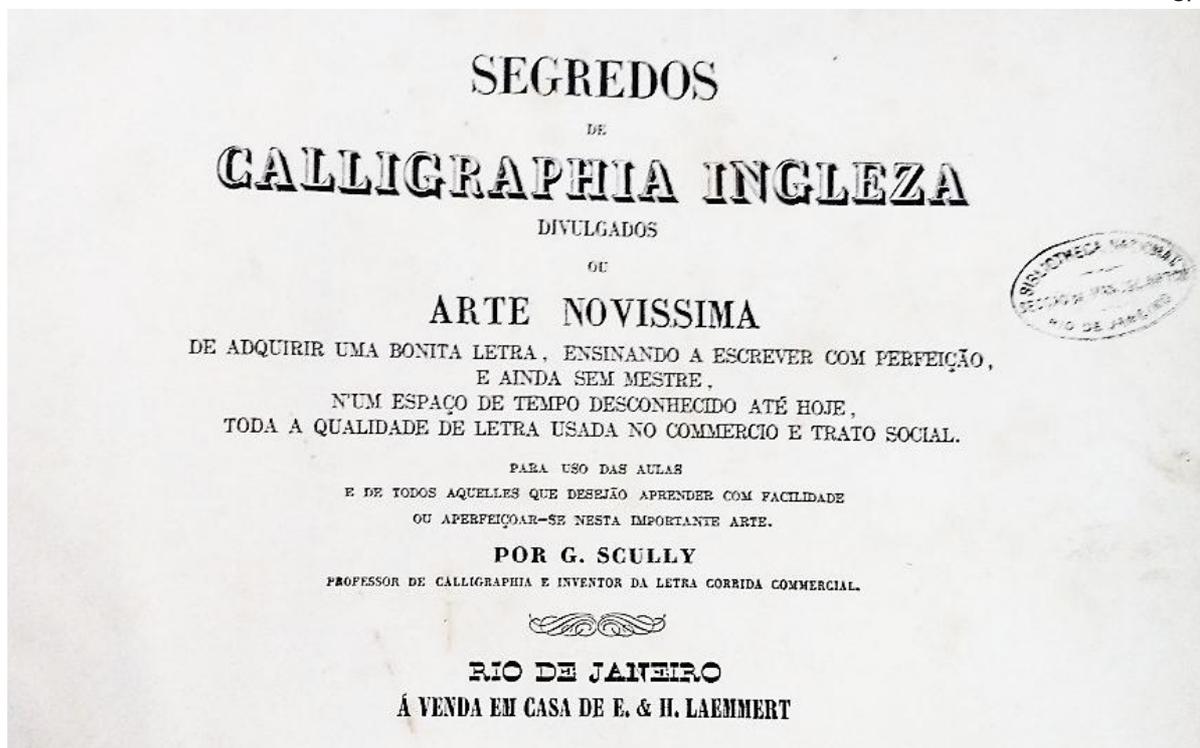
Neste trecho, é possível também notar que na Aula de Comércio em Portugal era ensinada a “generalização” ou uniformização da boa letra, ou seja, a caligrafia. De acordo com Hébrard (1990, p. 74-75), a caligrafia foi fortemente influenciada pelo contato entre os grupos sociais que utilizavam a escrita e mestres da escrita. “São artesãos que mostram ao público os exemplos de caligrafia, que eles afixam à maneira de insígnia. Com frequência ambulantes, eles não conhecem o latim e não participam da cultura oficial. [...] A utilização frequente da cursiva mercantil nos escritos inventariados por A. Petrucci deixa entrever outras vias. Sabe-se com efeito

que o grande comércio medieval se dota cedo de uma cultura profissional específica na qual a escrita e a aritmética têm um lugar importante.

O volume considerável de negócios tratados, assim como a extensão geográfica da zona de troca, implica numerosas transações: uma abundante correspondência internacional, a manutenção de numerosos registros e livros contábeis são de uma necessidade absoluta. A formação dos mercadores faz-se em serviço, parece que cada família tem disponível para esse fim uma compilação de modelos e de instruções que se transmite de geração em geração, sem deixar de enriquecer-se. Alguns desses livros de mercadores foram impressos no século XVIII, após uma longa carreira manuscrita”. Um exemplo de como a caligrafia se baseava na prática mercantil foi observado por Hébrard em um caderno de receitas de Roma, entre 1523 e 1537, que foi escrito utilizando “seja uma cursiva italiana, seja uma cursiva de mercador, denotando assim a pluralidade de modos de transmissão da técnica caligráfica”.

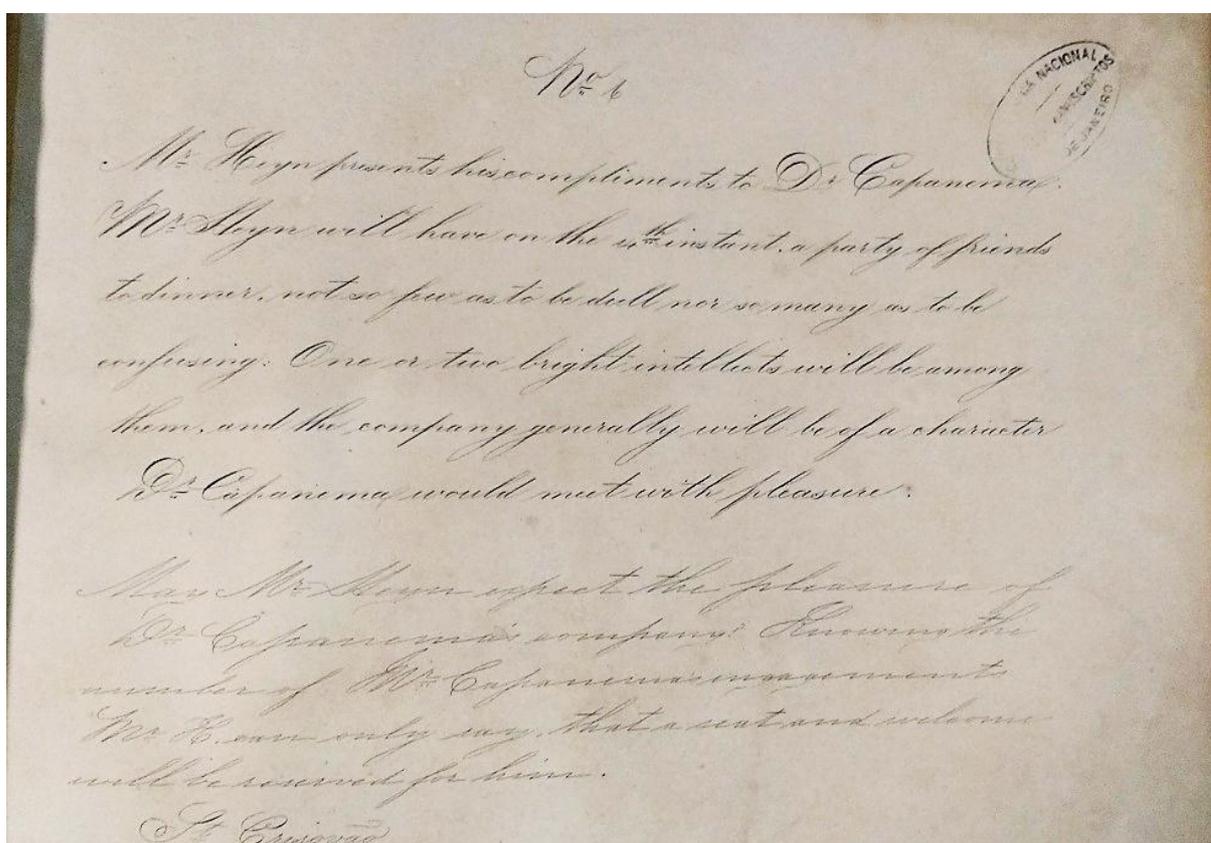
Durante uma visita realizada entre os dias 28 de março e 06 de abril de 2017, foi possível localizar um exemplar de compêndio para ensino de caligrafia no setor de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sem data, intitulado *Segredos da Calligraphia Ingleza ou Arte Novíssima de adquirir uma bonita letra, ensinando a escrever com perfeição, e ainda sem mestre, num espaço de tempo desconhecido até hoje, toda a qualidade de letra usada no commercio e trato social* de Guilherme Scully (s.d.). O autor descreve-se na folha de rosto como professor de “calligraphia” e inventor da letra corrida comercial. Dentro deste compêndio se encontram exercícios de cópia de letras soltas, frases e até mesmo cartas comerciais em língua inglesa.

Figura 1: Folha de rosto *Segredos da Calligraphia Ingleza*.



Fonte: Scully (s.d.)

Figura 2: Modelo de correspondência comercial para prática caligráfica.



Fonte: Scully (s.d., p. 23).

A nota ao leitor deste compêndio informa em língua portuguesa que nele será encontrado “o mais conciso e completo tratado até hoje publicado referido à arte calligraphica”. Assim, “o negociante que desejar possuir o elegante character de letra corrida commercial, deve seguir, o methodo consignado, do qual não tem rival, quer por sua rapidez, quer por sua elegância, e do qual sou eu o único inventor” (Scully, s.d., n.p.). Nas “instrucções” do compêndio, o autor recomenda que os guarda-livros utilizem o sistema do traslado nº 4 para a prática caligráfica, que deverá ser escrito devagar, para que seja feito corretamente. Em seguida, prescreve a escrita de cartas com o cuidado de colocar as palavras em distâncias proporcionais. Sobre os textos em língua inglesa, o autor diz que

os principais traslados são escriptos em inglez, porque a experiência me tem feito conhecer que os discípulos se adiantam mais, copiando qualquer escripta estrangeira, pela necessidade de consultar a miúdo o exemplar, afim de copia-lo correctamente, conseguindo-se deste modo a completa imitação do exemplar (Scully, s.d., n.p.).

Ratton (1920, p. 194) conta que a Aula de Comércio em Lisboa esteve em tão alta estima por parte de D. José I que ele por muitas vezes chegou a assistir aos exames dos alunos com sua Corte. Quando o monarca estava impossibilitado, seu primeiro ministro fazia visitas frequentes. O Marquês de Pombal deixou registrado nos manuscritos de suas *Observações Secretíssimas* sua satisfação com a repercussão da Aula de Comércio nas demais nações europeias:

O desprezo que as mesmas nações faziam do nosso commercio interior, e externo, tambem acabou agora, não só de cessar, mas de se converter em outro incentivo da sua emulação: porque depois de terem visto, que em nenhuma corte da Europa se ensinou até agora o mesmo commercio por principio, em uma escola politica e magnifica, de que sabem 300 negociantes peritos, e habeis no fim de cada triennio, viram agora ocularmente por uma demonstração fisica, e innegavel, consummados os progressos que a referida aula tem feito na propriedade brilhante do corpo mercantil, que encheo de luzimento a praça real do commercio, e ruas de Lisboa (Smith, 1872, p. 258).

A natureza deste discurso pombalino reforça a hipótese de que se queria construir um vanguardismo português na institucionalização do ensino comercial. Esse senso comum se encontra em alguns textos da história da contabilidade de investigadores como Rodrigues, Gomes & Craig (2003), mas é alvo de ponderação

por parte de Rômulo de Carvalho (2001, p. 460-461). Este afirma haver exagero na consideração da Aula de Comércio como a primeira escola de caráter técnico no mundo, pois diante das intensas atividades comerciais mantidas em nações como Inglaterra ou Países Baixos, seria pouco provável que não houvesse aulas em que se aprendessem as matérias componentes da Aula de Comércio portuguesa em outros países. Além disso, Jacome Ratton (1920, p. 190-191) menciona uma sequência de negociantes estrangeiros em Portugal, os quais haviam enviado seus filhos para aprenderem as regras de comércio fora do país. São eles: “Jorges, Palyarts, Despies, Vanzelleres, Crammer, Vanpraetz, Clamouses, todos eraõ filhos de pais estrangeiros que os haviaõ mandado educar fora”.

A utilização técnica de conhecimento científico, uma das bases da expansão do capitalismo industrial, sempre foi, em Portugal e no Brasil, fruta importada. Não brotou a ciência das necessidades práticas do país, ocupados os sábios, no tempo de Descartes, Copérnico e Galileu, com o silogismo aristotélico, desdenhoso da ciência natural. Verney já no século XVIII, em nome de uma plêiade de sábios educados no estrangeiro, clama contra o atraso do ensino nacional, acadêmico, aéreo, falso. Portugal, cheio de conquistas e glórias, será, no campo do pensamento, o “reino cadaveroso”, o “reino da estupidez”: dedicado à navegação, em nada contribui para a ciência náutica; voltado para as minas, não se conhece nenhuma contribuição na lavra e na usinagem dos metais. Toda a vida intelectual, depois da fosforescência quinhentista, ficou reduzida a comentários. Comentar os livros da antiguidade; comentar, sutilar, comentar. Era um jogo de subtilezas formais, um jogo verbal de ilusões áreas. Por toda a parte, na Europa, vemos o triunfo do moderno espírito, do espírito crítico e experimentalista. Por toda a parte? Não digo bem. Menos aqui, na Península Ibérica, menos aqui em Portugal (Faoro, 2000, p. 71).

Apesar da contundência de Faoro e, ainda, da prevalência de discursos como o seu nas fórmulas discursivas de estudos dessa natureza, convém registrar rapidamente que estudos recentes têm apresentado alguma contribuição jesuítica relevante para a inspiração das reformas durante o “Século das Luzes”. São exemplos de padres que se destacaram intelectualmente Antônio Vieira (1608-1697) e Gregório de Mattos (1636-1696). Contudo, ambos se opuseram a Coroa portuguesa e, naturalmente, mereceram o tratamento hostil que seria fundamentado em algum tempo nas referências iluministas.

Antes das primeiras práticas ilustradas influenciarem a ilustração portuguesa, foi constante a recomendação da modernização portuguesa através das produções de pensadores estrangeirados. Embora Carvalho (2001) amenize a desproporcionalidade da inovação entre a aplicação das ideias ilustradas na

manifestação de ensino comercial de Portugal e das demais nações europeias, a reputação da Aula de Comércio como primeira escola técnica da Europa está presente em textos sobre as origens do ensino técnico e profissional reiteradamente. Acerca das inúmeras acusações de defasagem intelectual portuguesa, pode-se dizer que o discurso de *atraso* contribuiu na justificativa da criação da Aula de Comércio na primeira fase das reformas pombalinas. Os principais responsáveis por construírem o ingresso da vertente ilustrada, que influenciou as medidas pombalinas, foram os estrangeirados.

No entanto, Oliveira (2014, p. 153-154) observa que, ainda no período pré-pombalino, caracterizado pelo fluxo aurífero e diamantino, a concepção de defasagem cultural, política e econômica de Portugal encontrou expressão em discursos mercantilistas como do padre António Vieira (1608-1697), “cuja doutrina se baseava na atividade mercantil, como se nota na sua defesa da Companhia das Índias Ocidentais, fundada em 1649 por D. João IV”. Na *Proposta que se faz ao sereníssimo Rei D. João IV a favor da gente de nação pelo Padre Antonio Vieira sobre a mudança dos estilos do Santo Ofício e do fisco em 1646* estão solicitações para que se admitissem “judeus públicos” no reino português para suas aplicações ao comércio.

Considerando que Ratton mencionou que era frequente o envio dos filhos de comerciantes portugueses para estudar em centros comerciais como Inglaterra, França, Holanda e Itália, a fim de se instruírem sobre o comércio, sua escrituração e línguas, é compreensível o tom entusiasmado de Ratton a respeito dos benefícios que a Aula de Comércio significava para Portugal em meados do XVIII. Ratton ainda compartilhou em suas memórias ter encaminhado seus filhos Henrique José e José Luís para o Instituto Dessau na Saxônia: “os fiz residir em Inglaterra o tempo necessário, para instruírem na língua inglesa, possuindo deste modo o conhecimento das quatro línguas, a saber, portuguesa, francesa, alemã, e inglesa” (Ratton, 1920, p. 14).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Recordações de Ratton permanecem se demonstrando uma fonte inesgotável para estudos de múltiplos propósitos que se concentram no século XVIII português. Diante dos interesses empreendedores de Ratton, há naturalmente uma disponibilidade significativa de informações a respeito da economia e de iniciativas pombalinas que visavam ao incremento da arrecadação a partir da redução das perdas nas atividades comerciais realizadas sem a devida capacitação. Como destaca Avelar (2005, p. 116), foi a “praticabilidade dos

projectos e das acções” que nortearam a seleção que Ratton fez de suas reflexões, a exemplo da importância dada à criação da Aula de Comércio e às demais medidas de natureza econômica.

A partir das reflexões suscitadas pela análise das Recordações de Ratton, foi possível verificar que a necessidade de aquisição de conhecimentos específicos esteve centrada no contexto do desenvolvimento de Portugal perante as demais nações europeias. Considerando o comércio como principal atividade econômica durante a ascensão da burguesia mercantil, saberes de matemática, práticas contábeis, geografia, sistemas monetários e línguas estrangeiras estiveram presentes na Aula de Comércio portuguesa. Além disso, essa Aula demonstrou-se um marco inicial relevante na história da aprendizagem de língua estrangeira para atender a um novo padrão de formação comercial na Europa do século XVIII.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, A. P. O tecer de um patromonium: as recordações de Jacome Ratton sobre as ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810. **Discursos: língua, cultura e sociedade**, p. 99-120, 2005. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4321/4/Discursos_Ana%20Paula%2 Acesso em: 09 ago. 2024.
- AZEVEDO, J. L. **O marquês de Pombal e sua época**. São Paulo: Alameda, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CARVALHO, R. **História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- CHAVES, C.M.G. O tribunal da Real Junta de Comércio no império Luso-brasileiro: Direito mercantil, juízos privativos e consultas – 1780-1811. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 36, n. 72, p. 745-778, set/dez 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-87752020000300007>
- FAORO, R. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- HÉBRARD, J. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. **Revista Teoria & Educação**, Porto Alegre, V. 2, p. 65-110, 1990.
- RATTON, J. **Recordações e Memórias sobre Ocorrências de seu Tempo**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.
- RODRIGUES, L. M. P. L, GOMES, D. R. R. & CRAIG, R. **Aula do Comércio: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo?**, 2003. Artigo apresentado no XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, realizado em Aveiro, 15-16 de Novembro de 2002. Disponível em

https://www.academia.edu/15337272/Aula_do_Com%C3%A9rcio_Primeiro_estabeleci
. Acesso em: 09 ago. 2024.

SCULLY, G. **Segredos da Calligraphia Ingleza ou Arte Novíssima de adquirir uma bonita letra, ensinando a escrever com perfeição, e ainda sem mestre, num espaço de tempo desconhecido até hoje, toda a qualidade de letra usada no commercio e trato social.** Rio de Janeiro, S.D.

SMITH, J. **Memórias do Marquez de Pombal contendo extratos dos seus escritos e da correspondência diplomática inédita existente em diferentes secretarias d'Estado.** Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1872.

OLIVEIRA, L. E. **O Mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986).** Lisboa: Gradiva, 2014.